

Crise de direção na conjuntura do *impeachment* (2015-2016)¹

André Singer

Professor do Departamento de Ciência Política
Universidade de São Paulo (USP)

¹ O texto segue a exposição oral pronunciada em 18 de novembro de 2015, por ocasião do Colóquio “Gramsci: a centralidade da política”, realizado no prédio de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Embora tenham sido feitas modificações, foi preservado o tom da fala, com suas naturais imprecisões.

Crise de direção na conjuntura do *impeachment* (2015-2016)

Resumo: Este artigo propõe o uso da noção de direção, tal qual desenvolvida por Antonio Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere*, para pensar a especificidade do lulismo e da conjuntura de crise no Brasil que levou ao impeachment de Dilma Roussef. Para isso, retoma aspectos relevantes do que foi a direção lulista, a partir de suas contradições constitutivas e de seus resultados efetivos no sentido da diminuição da pobreza no país, e elabora hipóteses do porquê entra em crise e é suspenso a partir de 2014.

Palavras-chave: 1. Lulismo; 2. Crise de direção; 3. Impeachment.

Crisis of leadership in the conjuncture of *impeachment* (2015-2016)

Abstract: This article proposes the use of the notion of leadership as developed by Antonio Gramsci in his *Quaderni del Carcere*, in order to think the specificity of *lulism* and the conjuncture of crisis in Brazil that led to the impeachment of Dilma Roussef. For this, we dealt with again with relevant aspects of what was the *lulista* leadership, based on its constitutive contradictions and its effective results in decreasing poverty in the country and we proposed hypotheses of why it went into crisis and was suspended since 2014.

Keywords: 1. Lulism; 2. Crisis of leadership; 3. Impeachment.

O intuito desta comunicação é verificar se as ideias de Antonio Gramsci sobre a direção nos ajudam a pensar a crise brasileira que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff. A certa altura do *Caderno 13*, Gramsci escreve: “No *Risorgimento* italiano, pode-se notar a *ausência desastrosa de uma direção político-militar* no Partido de Ação” (GRAMSCI, 2012, p. 44, *grifos meus*). Na abertura do parágrafo 24 do *Caderno 19*, intitulado *O problema da direção na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália*, Gramsci afirma que todo problema da conexão entre as várias correntes políticas do *Risorgimento* se reduz ao dado fundamental de que historicamente o Partido da Ação foi guiado pelos moderados (*ibid.*, p. 62). Gramsci considera fundamental que a revolução burguesa na Itália tenha sido conduzida pelos moderados e não pelos radicais, como aconteceu na França.

Na França, os jacobinos, que eram o setor radical da revolução, conseguiram fazer uma aliança com os camponeses e, por isso, levaram a revolução burguesa até o seu limite máximo. Se ultrapassasse esse limite, teria se convertido em uma revolução socialista. A França ficou no limite da revolução socialista, que foi tentada de novo em 1848, segundo Marx em *O 18 Brumário*, e não deu certo.

Já na Itália, a burguesia se aliou aos grandes proprietários de terra *contra* os camponeses. Não houve reforma agrária, a estrutura de latifúndio foi mantida e, com isso, o principal da estrutura italiana permaneceu. A revolução burguesa italiana foi muito diferente da francesa, o que vai colocar problemas distintos para aqueles que quisessem depois pensar uma transição para o socialismo (como era o caso do próprio Gramsci). Essas passagens mostram como Gramsci dá centralidade à questão da direção. Ele sempre se pergunta: quem tem a direção da política? Quem dá a direção ao movimento? Note-se, também, como Gramsci acredita na política. Os homens fazem a sua própria história – não da maneira como querem e sim em circunstâncias determinadas (sobretudo pela

economia) –, mas, dentro dessas circunstâncias, há uma margem de manobra que significa que a história poder ir para um lado ou para outro. Na França, foi para um lado; na Itália, para outro.

As pessoas podem gostar mais ou gostar menos do lulismo. Para efeitos analíticos, vem pouco ao caso. O fato é que *o lulismo deu uma direção ao Brasil de 2003 a 2014*. Foi uma direção diferente da que vinha antes, neoliberal, e diferente da que veio depois, neoliberal novamente. Isso significa que o lulismo representou uma mudança em relação aos governos do PSDB e Temer. Não foi uma mudança radical, é verdade, pois absorveu aspectos do neoliberalismo. Apesar de conciliatória, contudo, foi diferente da anterior e da posterior. Se esta ideia for aceita, e eu vou tentar trazer alguns elementos empíricos para sustentá-la, pensar a crise desta direção poderá nos ajudar a entender algo do *impeachment*.

Resumiria o que estou chamando de “direção lulista” na seguinte fórmula que, como toda fórmula, é limitada: redistribuir renda, priorizando os setores mais pobres da sociedade, por meio do fortalecimento do Estado, mas sem confronto com o capital. Dividida em seus elementos a fórmula é a seguinte: 1º) redistribuir renda; 2º) priorizar os setores mais pobres (mas não só – ou seja, outros setores da classe trabalhadora também foram beneficiados); 3º) fortalecer o Estado (e este talvez este seja o principal elemento diferenciador da direção anterior) e 4º) não entrar em confronto com o capital.

Quando a eleição de 2002 estava praticamente decidida, perto do final do segundo turno, o ex-governador José Serra (então candidato presidencial do PSDB) foi à televisão e fez um discurso que sintetiza a opinião geral da época: “Se o governo Lula fizer as concessões que promete fazer à classe dominante (ele não falou com essas palavras, mas o sentido era esse), vai se tornar impopular rapidamente e cair. Se tentar cumprir os compromissos que fez com os trabalhadores, vai desestabilizar o país e também vai cair. Portanto, o governo Lula é inviável – não votem nele porque simplesmente não tem como dar certo”.

A novidade é que deu certo. Tanto Maquiavel como Gramsci estão atrás da *verità effettuale*, isto é, da realidade efetiva. Procuram entender o que de fato aconteceu. No Brasil, o que ninguém imaginava que fosse possível, deu certo. Para lembrar: o índice Gini, que mede a desigualdade, caiu sistematicamente

todos os anos desde 2004, indo de 0,74 para 0,49 em 2014. O índice Gini é o que melhor mede a desigualdade, ainda que com problemas (mas todos os índices têm problemas). A desigualdade no Brasil caiu, devagar, porém de maneira contínua. Para dar uma ideia, a desigualdade nos Estados Unidos no ano de 2005 era de 0,46. O lulismo levou o Brasil para perto da desigualdade deste país. É verdade que os Estados Unidos pós-neoliberal tiveram um grande aumento da desigualdade. Daí se falar em “brasilianização” dos Estados Unidos. Mesmo assim, aproximar-se dos Estados Unidos, para o Brasil, é uma mudança importante. Na França, em 2005, o índice era de 0,25.

Com o lulismo, o Brasil transitou entre ser o país mais desigual do mundo para ter uma desigualdade tipo norte-americana e, se tudo isso continuasse durante mais 25 anos, nós chegaríamos à situação da França. O que, na verdade, é a direção que parte do Brasil deseja. Mas há outra direção para o país, que não prevê a redução da desigualdade, nem lenta, nem rápida. Curiosamente, com a crise do lulismo, essa outra direção se reapresentou como se nada tivesse acontecido. O cientista político Bernardo Ricupero uma vez me alertou que, vista a situação que nós estamos entrando a partir da conjuntura 2015-2016, pode ser que a história do lulismo fique como uma excepcionalidade, como um parênteses, no longo processo de não redução da desigualdade no Brasil. Pode ser.

Mas o fato é que *houve* uma redução da desigualdade e uma redução importante do desemprego, que passou de 10,5 para 4,3, entre 2003 e 2014. Os trabalhadores passaram a ter condições de luta. O sociólogo Ruy Braga mostra com números que o ciclo grevista de 2012-2013 é equivalente ao ciclo grevista do final dos anos 1980. Tudo isso confirma coisas que a gente previa, porque quando a classe trabalhadora tem emprego, recupera as condições de luta. Isso significa que quase todos os acordos salariais entre 2004 e 2014 tiveram ganhos reais para os trabalhadores – pequenos, porém cumulativos. Ao final do processo, a renda média do trabalhador no Brasil cresceu 30% em termos reais. Ou seja, o trabalhador empregado estava ganhando um terço a mais do que quando o lulismo começou. O salário mínimo, única fonte de renda para milhões de trabalhadores brasileiros, muitos deles aposentados, se valorizou em termos reais 72% entre 2003 e 2014. Isso tudo é realidade efetiva, aconteceu, foi real.

O ponto, então, é: *o lulismo mexeu com a realidade efetiva da pobreza*. Nem precisa mencionar o efeito fundamental, em termos materiais, ideológicos e eleitorais, do Bolsa Família. Passo direto para a questão do Estado. Criou-se um sistema estatal de apoio à população mais pobre por meio de um programa de transferência de renda. Os bancos públicos se expandiram e se fortaleceram; o funcionalismo aumentou; as carreiras de Estado se consolidaram; houve expansão do sistema universitário público; o poder executivo passou a ter órgãos específicos para tratar de quilombos, de cooperativas, etc. Os gastos sociais do Estado aumentaram de 12,6% do PIB em 2002 para 16,1% do PIB em 2014. Para não falar de outros programas, que são muitos, vou citar só o PROUNI que, por meio do Estado, deu acesso a muita gente de baixa renda às universidades e o programa *Minha Casa, Minha Vida*.

É claro que todos esses programas tem muitas limitações se a gente olhar de um ponto de vista reformista forte. Por exemplo, o *Minha Casa, Minha Vida* é feito em acordo com as empreiteiras; normalmente, nas grandes cidades, ocupa terrenos muito distantes do centro e a tendência é que esses conjuntos habitacionais se deteriorem rapidamente. Por isso, o programa é mais bem sucedido no interior do que nas capitais. O PROUNI, outro exemplo, dá acesso a um ensino privado em geral de baixa qualidade. Seria melhor se todos os novos universitários pudessem ter sido absorvidos pela universidade pública. Só que, para isso, elas teriam que ter tido uma expansão muito maior do que tiveram.

Então, é evidente que a direção lulista, na medida em que se propôs ser realizada sem confronto com o capital, é lenta, homeopática. Mas ela existe e, se tivesse durado 30 anos, ia acabar resultando em mudança estrutural do país. Como é que poderia durar 30 anos? Houve um realinhamento eleitoral em 2006 – a classe média deixou de apoiar o PT, que passou a receber o apoio dos mais pobres. De acordo com o conceito norte-americano de realinhamento, eles duram cerca de 30 anos. Não quer dizer que o PT ganhasse sempre as eleições, porque se um mesmo partido ganha as eleições por 30 anos, a democracia não está funcionando. Mas a rearrumação de forças tornaria o lulismo *o eixo central da direção do país*, mesmo que o PT perdesse. Isto significaria, por exemplo, que se o PSDB ganhasse a eleição em condições de realinhamento, ele teria que realizar mais ou menos o mesmo programa.

Esta é a razão pela qual as candidaturas do PSDB, sobretudo a de José Serra em 2010, previam duplicar o Bolsa Família, cortar a taxa de juros, fazer uma política ainda mais progressista do que a do PT. É possível que não fizessem assim, mas também não poderiam fazer o contrário, porque o preço de fazer o contrário do que se promete em uma campanha eleitoral é muito alto (como, aliás, ocorreu com o segundo mandato de Dilma Rousseff).

Porque que a direção lulista foi perdida? Porque no final de 2014 não conseguiu mais realizar o seu programa – paralisou e suspendeu a redução da desigualdade para fazer o ajuste fiscal e aí perdeu o rumo. O governo Michel Temer, que veio depois, acentuou a direção desigualitária. O desemprego cresceu, as favelas voltaram, a saúde pública se deteriorou. Começou a regredir pelas mãos do próprio lulismo (segundo mandato Dilma) e seguiu pelas mãos do PMDB.

Por que o lulismo contradisse o seu próprio programa em 2015 e metade de 2016? Porque tentou seguir o modelo de 2003, quando as condições eram outras, e esse foi o erro de direção. Lula assumiu em 2003 e fez no primeiro ano uma política quase completamente neoliberal. Mas a situação de 2015 era completamente diferente daquela. Primeiro, porque não havia mais a “herança maldita” do neoliberalismo. O que existia em 2015 era o resultado do próprio lulismo. Os eleitores votaram em 2014 acreditando na promessa de Dilma de que ela não ia deixar acontecer o que acabou acontecendo (regressão geral). A ex-presidenta afirmou que quem ia fazer isso era o seu adversário (Aécio), e disse isso porque os eleitores estavam percebendo intuitivamente (como em geral o eleitorado percebe) o que estava no horizonte. É completamente diferente de vir depois do governo FHC.

Em segundo lugar, porque a conjuntura mundial mudou. Em 2003-2004, estava marcada pelo boom das *commodities*, que duplicou o valor das *commodities* brasileiras de um dia para o outro, sem o Brasil fazer nada, e criou uma janela de oportunidades que foi muito bem utilizada, do ponto de vista político, pelo lulismo. Daí, então, novamente a questão da excepcionalidade. Talvez historicamente venha-se a dizer que só foi possível aquela direção naquelas condições, que não é mais possível, etc. Sobre isso, só o futuro dirá.

De todo modo, penso que houve um diagnóstico equivocado, um erro de direção em 2014. A campanha não podia ter prometido o que não podia fazer.

Se o governo Dilma, que faz parte do programa lulista, tinha a leitura de que não era possível confrontar o capital, não deveria ter prometido isso. Em 2011-2012, Dilma tentou fazer um confronto com o capital financeiro. Depois, começou a recuar. Se fosse retomar essa briga, teria que criar as condições políticas para sustentar isso, ou seja, precisava mobilizar a classe trabalhadora. Se não fosse para mobilizar, era melhor não prometer.

Por fim, a perda de direção se deu, também, com a *Operação Lava Jato*. Setores do Poder Judiciário e do Ministério Público decidiram lançar uma ofensiva tipo “Operação Mãos Limpas” num país tradicionalmente marcado por escândalos como o Brasil. Atingiram um núcleo que mobilizou volumes de dinheiro impressionantes numa empresa como a Petrobrás, de grande importância simbólica e material para o país. O problema é que as respostas que o PT deu para a opinião pública foram insuficientes. Isso também foi um erro de direção. Em consequência, a direção lulista entrou em crise e a direita assumiu o poder com uma direção de anular tudo o que o lulismo fez em doze anos, talvez cancelando o próprio realinhamento estabelecido em 2006.

Referências bibliográficas

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3, 5